

CURSO EaD



Educação especial na perspectiva inclusiva:
do currículo às intervenções
educativas



FACILITADORA



Miriam Esperidião de Araújo

Psicóloga, Mestre em Psicologia Social (IP-USP), Doutoranda em Educação (FE-USP), Docente e Coordenadora do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão da Universidade Anhembi Morumbi (UAM-SP)

Contato: miarau@usp.br

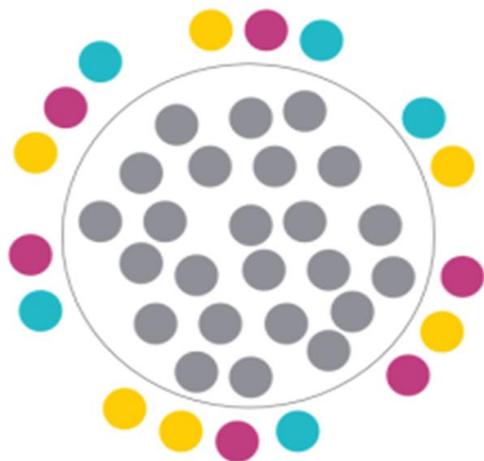
EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

O quê?

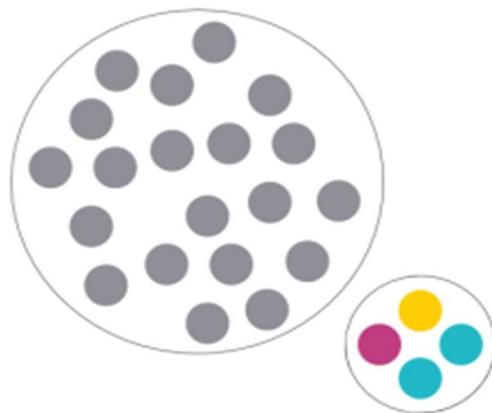
Por quê?

Para quê?

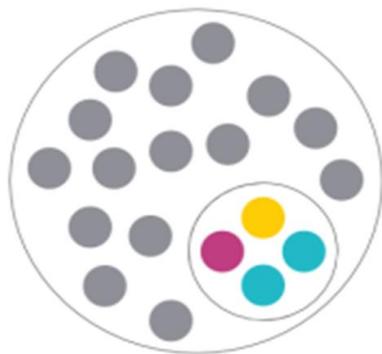
Educação inclusiva
= educação especial?



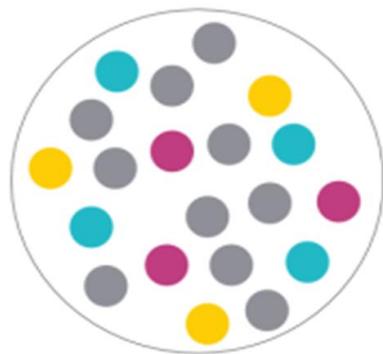
Exclusão



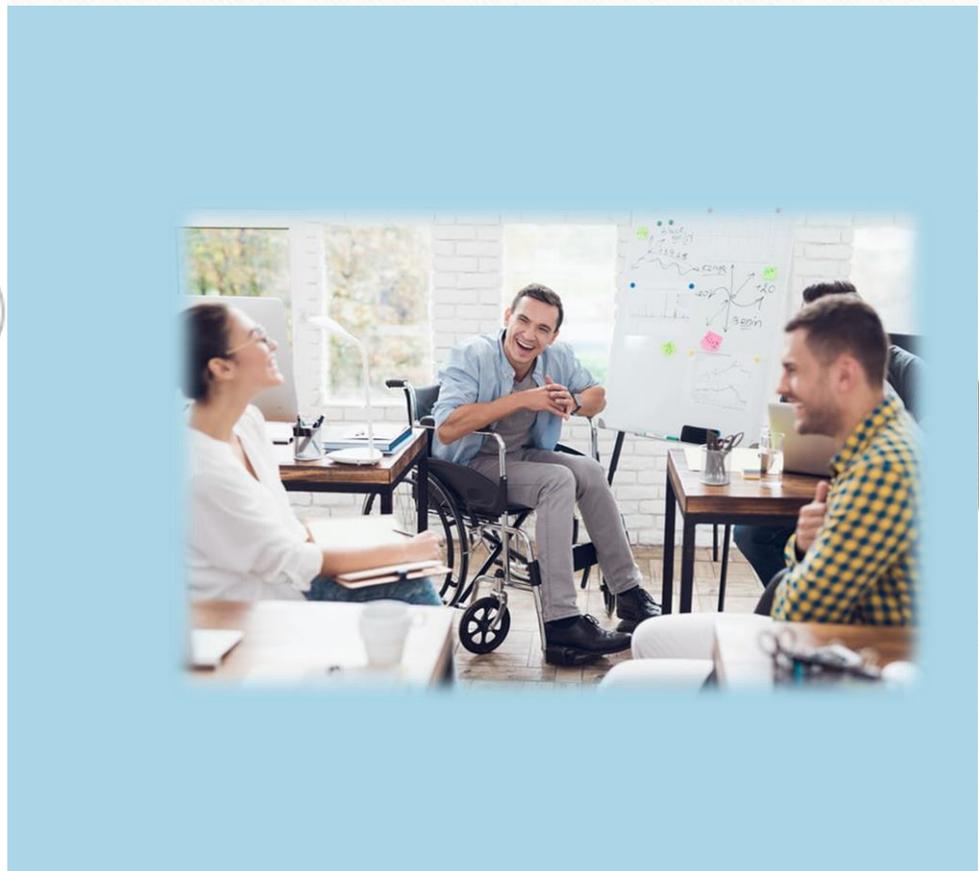
Segregação



Integração



Inclusão





LEI No 10.639,
2003 -> História
e Cultura Afro-
Brasileira.



No relatório divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, o Brasil continua sendo pelo décimo quarto ano consecutivo, o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo.



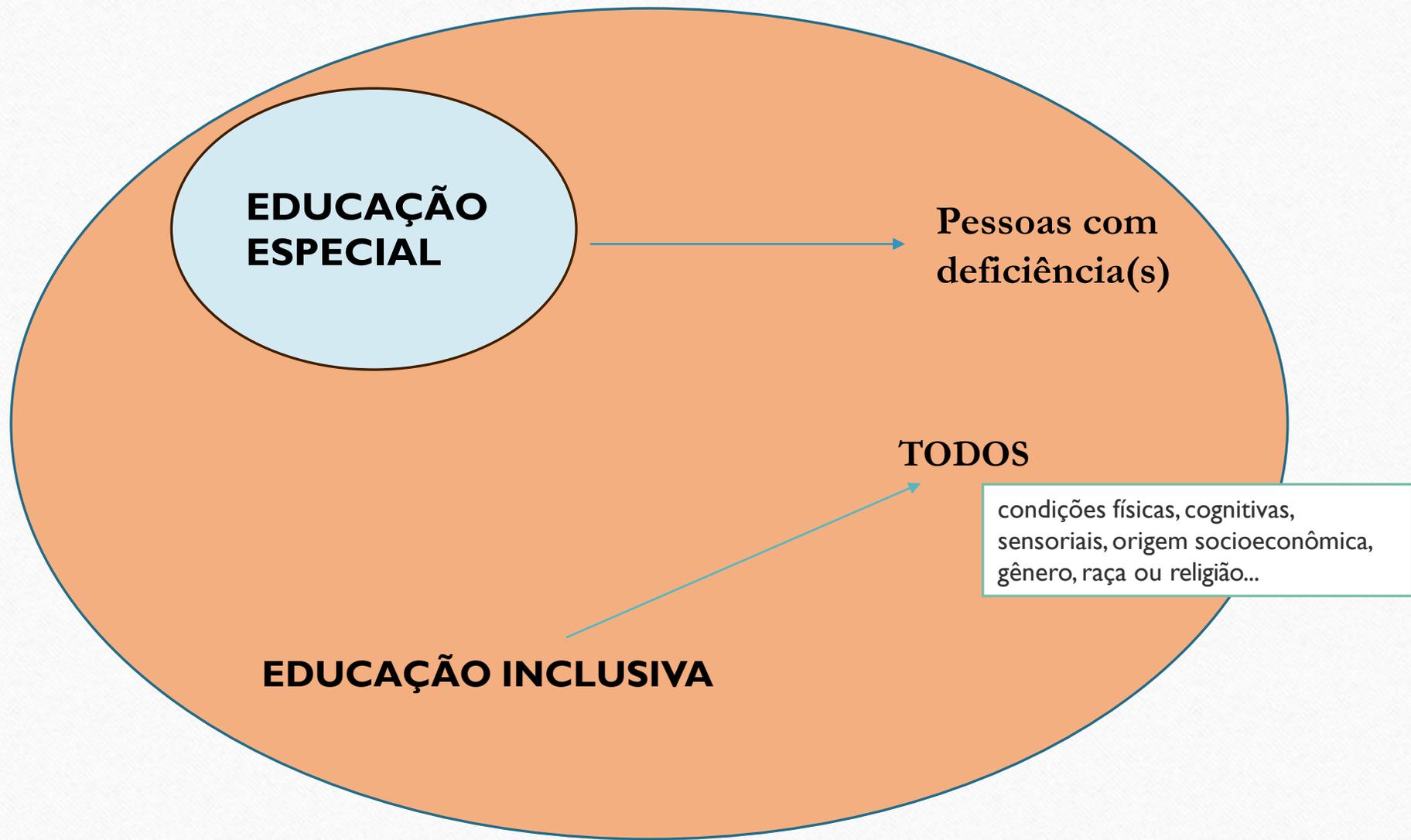


Por que incluir?

O que a
escola tem
a ver com
isso?

<https://www.youtube.com/watch?v=nzu7D-gCpR0>





A escola inclusiva é aquela que oferece “um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada” (BRASIL, 2001, p.40).

A educação especial diz respeito ao trabalho educativo voltado especificamente aos estudantes **com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação** e/ou com **transtornos funcionais específicos** (dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros) (BRASIL, 2008).

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.” (BRASIL, 2008, p.15)

Trajetória da luta pela educação inclusiva



O Imperial Instituto dos Meninos Cegos fundado por D. Pedro II. Em 1891, a escola passou a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC).

Eleanor Roosevelt exhibe cartaz contendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1949), que delinea os direitos humanos básicos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas.



Conferência Mundial de Educação Especial, onde foi elaborada a Declaração de Salamanca que trata dos princípios, política e prática em educação especial (Espanha, 1994).



Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) que dispõe sobre a obrigatoriedade dos sistemas de ensino matricular todos os alunos e organizar-se para assegurar condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.



1854



Na década de 40, acreditava-se que as crianças "excepcionais" não poderiam estar nas escolas regulares. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (1954) passou a atender esse público.

1949

É lançada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos pela UNESCO e elaborada (Jomtien, 1990)



1990

1994

1996



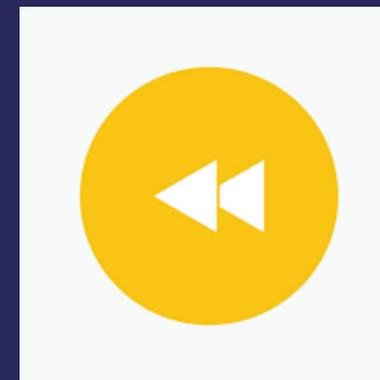
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Quando inicia-se o movimento de desinstitucionalização e as classes especiais passaram a integrar o contexto escolar.

2001

2008 2015



Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista



Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

2008

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que define a educação especial como uma modalidade transversal em todos os níveis e etapas de ensino, incluindo o ensino superior.

2012



2015

2020

DECRETO Nº 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020
Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da vida.

2021



Gráfico 35. Evolução das matrículas de educação especial na **educação infantil**, por local de atendimento - Brasil 2010 - 2022



Gráfico 36. Evolução das matrículas de educação especial no **ensino fundamental**, por local de atendimento - Brasil 2010 - 2022



Fonte: Inep/Censo Escolar 2010 - 2022

Gráfico 37. Evolução das matrículas de educação especial no **ensino médio**, por local de atendimento - Brasil 2010 - 2022



https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf

SÃO PAULO

Estudantes da Educação Básica

2.693.361

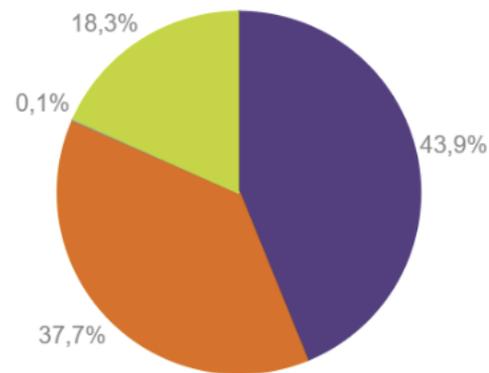
Estudantes da Educação Especial

49.721

Proporção de matrículas da Educação Especial

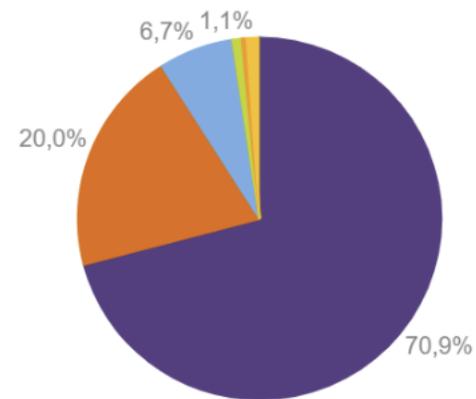
1,8%

Estudantes da Educação Especial por tipo de rede



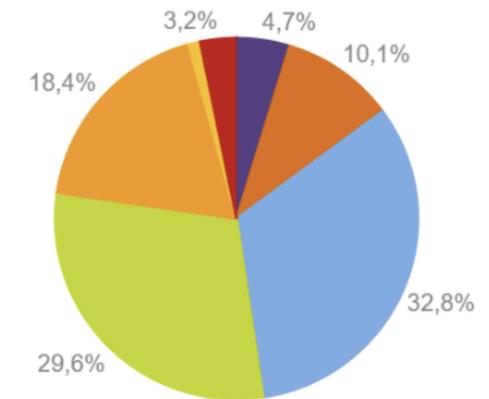
■ Municipal
■ Estadual
■ Federal
■ Privada

Estudantes da Educação Especial por faixa etária



■ Até 14 anos
■ 15 a 17 anos
■ 18 a 24 anos
■ 25 a 29 anos
■ 30 a 34 anos
■ 35 anos ou mais

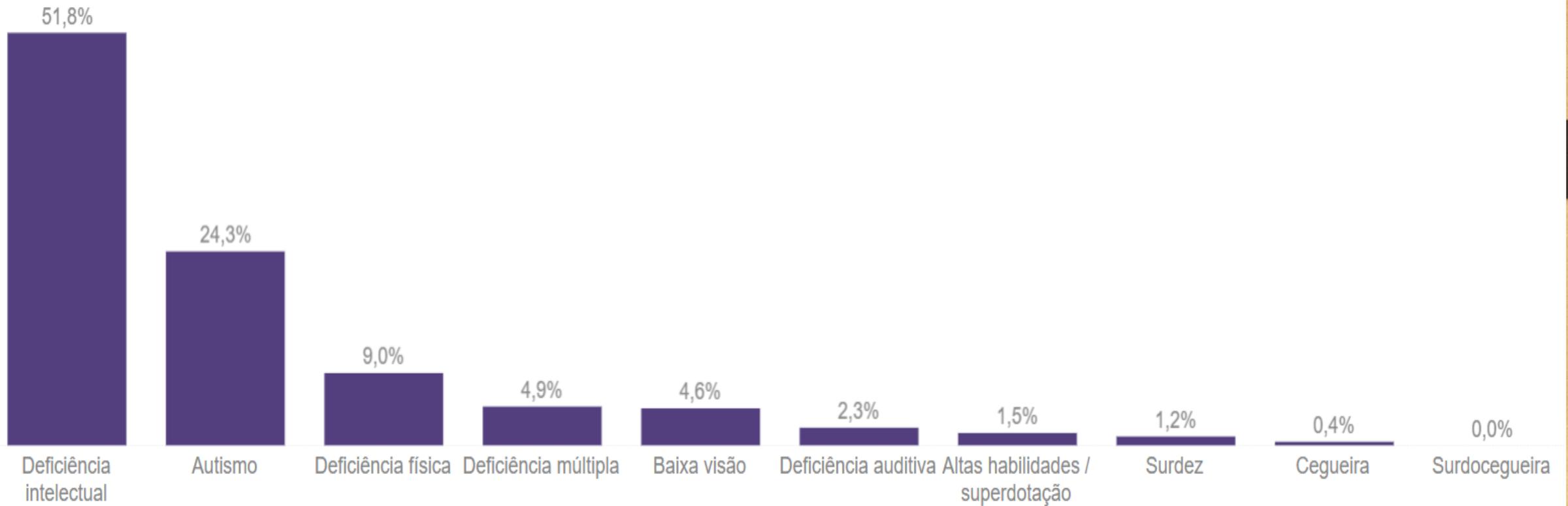
Estudantes da Educação Especial por etapa



■ Creche
■ Pré-Escola
■ Anos Iniciais
■ Anos Finais
■ Ensino Médio
■ Educação Profissional
■ EJA

SÃO PAULO

Estudantes da Educação Especial por tipo de deficiência



Por que incluir?



- Todos tem direito à educação
- Todos podem aprender
- É uma questão de ética - respeitar as singularidades, as diferenças, necessidades e potencialidades.
- A diversidade faz parte da condição humana
- É nosso papel enquanto educadores.
- A inclusão beneficia toda a sociedade – nos humaniza



Por que incluir?



- ✓ Toda criança e todo jovem têm o direito de conhecer a humanidade como ela é, não como os adultos gostariam que fosse.
- ✓ O direito à igualdade não pode ser desvinculado do reconhecimento das diferenças.

A deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas uma questão da vida em sociedade

DIFERENÇA X DEFICIÊNCIA



✓ **Modelo Social da Deficiência** - a deficiência é fruto das desvantagens ou restrições provocadas pela organização social contemporânea- ressalta o papel das estruturas sociais para a opressão e marginalização de pessoas.

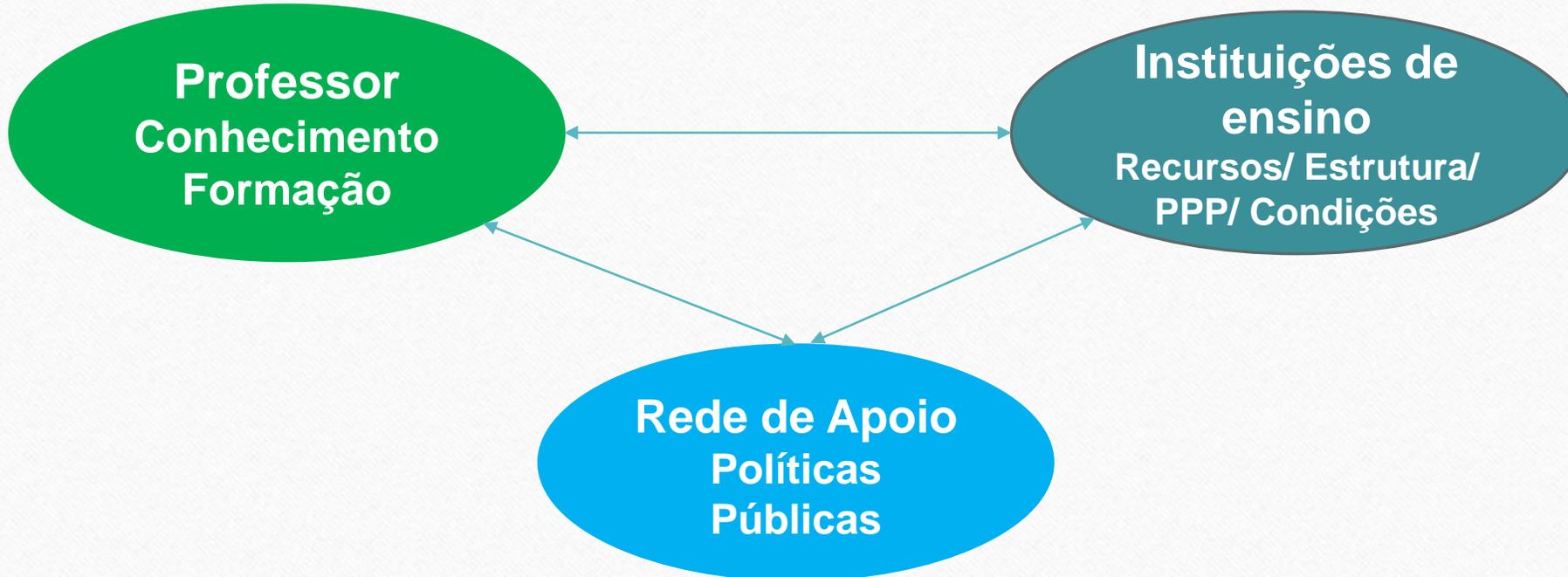
✓ **Modelo biomédico:** a limitação física é a causa da desigualdade social e das desvantagens vivenciadas pelos deficientes. A organização dos serviços de educação em função de diagnósticos, tipos de deficiência, laudos, caracterizando a diferença com uma ideia de incapacidade, incompletude, anormalidade, ineficiência.

✓ Normalidade X anormalidade.

A deficiência está na relação entre o indivíduo (que tem impedimentos em alguma área) com o meio (barreiras), impedindo a sua participação plena na sociedade.

Lei No 13.146, de 06 de Julho de 2015

O que é necessário para que a Inclusão aconteça?





Desafios



- Caráter Biomédico
- Papel do AEE
- Estrutura
- Formação

ACESSIBILIDADE - adaptações



- Dos materiais, dos espaços, das atividades, avaliações.

Exemplos:

Nos materiais: menos atividades por página; figuras maiores, descrição de imagens.

Nas aulas: recursos sensoriais diversificados; intérprete de Libras; Dosvox; reservar um local para o estudante sentar-se longe de portas e janelas, minimizar ruídos, etc...

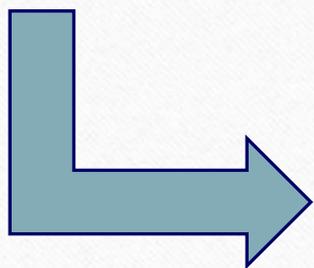
INSPIRED BY A PUBLIC SCHOOL STUDENT WITH DISABILITIES



© 2002 MICHAEL F. GIANGRECO. ILLUSTRATION BY KEVIN RUELLE
PEYTRAL PUBLICATIONS, INC. 952-949-6707 WWW.PEYTRAL.CC



DIFERENTES PERFIS DE APRENDIZAGEM



**Base do
Desenho Universal da Aprendizagem**

Desenho Universal da Aprendizagem (DUA ou UDL)

3 Pilares



=> Apresentação mesmo conteúdo de diferentes formas = ESTRATÉGIAS MULTISSENSORIAIS



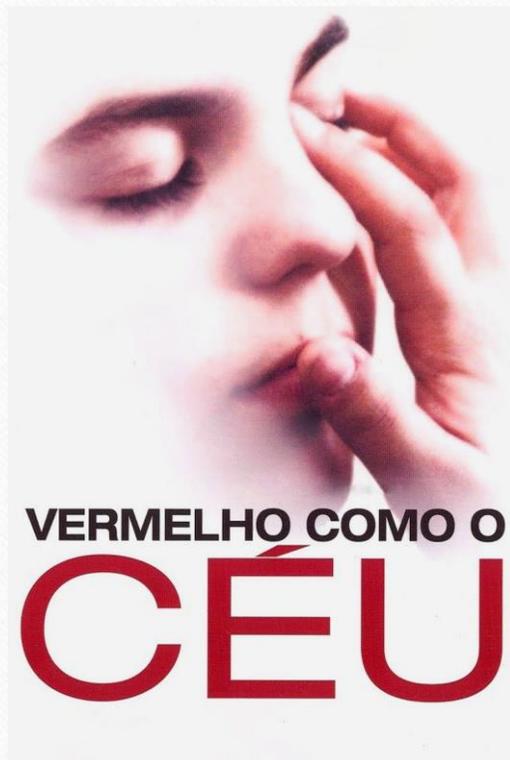
=> Contextualização para favorecer articulação entre forma e conteúdo



=> Diferentes formas do aluno expressar o conhecimento adquirido



Sugestões de Filmes



Vermelho como o céu (Itália, 2006)

<https://www.youtube.com/watch?v=yvd9R30hNqk>



Como estrelas na terra (Índia, 2007)

Sugestões de Textos



VIGOTSKI, Lev S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/x987G8H9nDCcvTYQWfsn4kN/>

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 17 n.31, p.59-73, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/tiago-henrique-franca.pdf>